

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE PROLEGÔMENOS FILOSÓFICOS

1

EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS A PARTIR DA TRADIÇÃO DA LINGUAGEM	31
<i>A Edvaldo Brito</i>	
1.1	introdução..... 32
1.2	Linguagem e conhecimento humano..... 38
1.2.1	Linguagem, conceito e definição..... 39
1.2.2	Conhecimento e linguagem..... 39
1.2.3	Objeto do conhecimento 40
1.2.4	Conhecimento e interesse 41
1.3	linguagem e realidade 41
1.4	Linguagem e interpretação..... 43
1.4.1	Linguagem, metalinguagem e incidência normativa 44
1.4.2	Linguagem e hermenêutica filosófica..... 45
1.5	Linguagem e sistema jurídico..... 47
1.5.1	Distinguindo ordenamento jurídico e sistema..... 47
1.5.2	Conceito de sistema jurídico e sua relação com o conceito de ordenamento jurídico..... 48
1.6	Validade e vigência 51
1.6.1	Distinções entre vigência, validade e eficácia..... 52
1.6.2	Validade formal e validade material 55
1.6.3	Legalidade e legitimidade 56
1.6.4	Vigência e positividade 56
1.6.5	Relação entre validade e revogação 57
1.7	Virada linguística..... 58
1.7.1	O Crátilo de Platão..... 58
1.7.2	Thomas Hobbes 59

1.7.3	Kant e a questão do conhecimento.....	60
1.7.4	A obra de Ludwig Wittgenstein e a relevância da linguagem na construção do discurso e da verdade	61
1.8	linguagem formal	62
1.9	Semiótica (lógica ou semiologia).....	63
1.9.1	A linguagem sob o enfoque da semiótica.....	65
1.9.2	A efetividade do direito pela linguagem e a adaptação social...	66
1.9.3	O texto jurídico sob exame da semiótica.....	66
1.10	Relação entre textos, ciência do direito e direito positivo	67
1.10.1	A teoria das relações e a linguagem.....	71
1.10.2	Conteúdo do vocábulo e a teoria dos predicativos poliádicos ..	74
1.10.3	A tradução de textos jurídicos e a efetividade do direito	78
1.11	Linguagem e decisão judicial: o problema da efetividade dos direitos.....	80
1.11.1	Efetividade dos direitos e hermenêutica.....	80
1.11.2	Efetividade dos direitos e realismo jurídico.....	86
1.11.2.1	Realismo jurídico escandinavo e efetividade dos direitos	87
1.11.2.2	Realismo jurídico norte-americano e efetividade dos direitos.....	88
1.12	Conclusão.....	90

2

LINGUAGEM, INTERPRETAÇÃO E DECISÃO JUDICIAL.....	93
---	-----------

A Moézio Vasconcellos Costa

2.1	Introdução.....	93
2.2	Linguagem e interpretação: dificuldades hermenêuticas no processo, formalismo jurídico e a linguagem como fio condutor da compreensão.....	94
2.3	Interpretação e decisão judicial: interpretação, erro e importância da atividade interpretativa para a aplicação do direito.....	99
2.4	Decisão judicial e fundamentação: motivação suficiente dos julgados e implicações da interpretação da fundamentação da decisão judicial.....	106
2.5	Conclusão.....	107

3

CRITÉRIOS DE VERDADE E DE VALIDADE NA DECISÃO PENAL.....	109
---	------------

A Marília Muricy

3.1	Introdução.....	110
3.2	Busca pela verdade e escolha do método.....	111
3.3	Linguagem e objetividade do direito	114

3.4	Hermenêutica na decisão judicial.....	116
3.5	Semiótica e percepção do sentido pela linguagem.....	118
3.6	Problematização da verdade e de sua objetificação.....	120
3.7	Parâmetros teóricos e requisitos legais de verdade.....	124
3.8	Conclusão.....	128

4

SEGURANÇA JURÍDICA E FUNDAMENTAÇÃO JUDICIAL	131
--	------------

A Andreas Joachim Krell

4.1	Introdução.....	132
4.2	Segurança jurídica como previsibilidade	133
4.3	Segurança jurídica concebida como estabilidade das relações sociais	141
4.4	Segurança jurídica, discricionariedade e efeito vinculante	145
4.5	Segurança jurídica como fundamentação das decisões judiciais e óbices metodológicos.....	149
4.6	Conclusão.....	154

5

NÍVEIS DE CERTEZA, EFETIVIDADE E CONCRETIZAÇÃO JUDICIAL	157
--	------------

A Gabriel Ivo

5.1	Introdução.....	158
5.2	O evoluer hermenêutico e os (des) caminhos da concretização judicial ...	159
5.3	Verdade processual através da estrutura normativa e a falácia da «verdade aproximada».....	165
5.4	Concretização normativa judicial, (im) possibilidade de universalização da argumentação jurídica e os rumos da hermenêutica filosófica à efetividade dos direitos	183
5.5	Conclusão.....	187

SEGUNDA PARTE

TEORIA DO DIREITO NO PROCESSO PENAL

6

DA ESTABILIDADE DA JURISPRUDÊNCIA À INSTABILIDADE DO DIREITO POSITIVO: A FRAGMENTAÇÃO DAS FONTES DO PROCESSO PENAL	193
---	------------

A Flaviane Barros

6.1	Introdução.....	194
6.2	Demarcação das fontes do direito processual penal.....	196
6.3	Fragmentação das fontes e reflexos no processo penal.....	200
6.4	Função das fontes enquanto substrato da interpretação.....	210
6.5	Consequências da inversão da produção do direito.....	213
6.6	A introdução de particularidades nos standards judiciais	215
6.7	Conclusão.....	220

7

A NULIDADE COMO TEMA CENTRAL DO PROCESSO PENAL..... 221

A Ronaldo Garcia Dias

7.1	Introdução.....	222
7.2	Fundação do direito positivo pela possibilidade de nulidade.....	223
7.3	Delimitação do conceito de nulidade	224
7.4	Problematização da nulidade.....	226
7.5	A nulidade deve ser ponto de partida no cpp	227
7.6	A nulidade deve ser eixo central do direito processual penal.....	229
7.7	A nulidade deve receber dogmática estruturante de suas articulações	231
7.8	Conclusão.....	235

8

ESQUEMA NORMATIVO PADRÃO DA NULIDADE NO PROCESSO PENAL 237

A Marcos Bernardes de Mello

8.1	Por um padrão normativo nulificador	238
8.2	Confronto da nulidade com os planos jurídicos.....	239
8.3	Estrutura relacional do esquema padrão como limite ao poder judicial	242
8.4	Aplicação do padrão normativo nulificador ao ato aquisitivo de prova viciado	245
8.5	Conclusão.....	247

9

REGULAÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO E A MAIS-VALIA PLÚRIMA NO PROCESSO PENAL 249

A Daniel Bueno Cateb

9.1	Introdução	250
9.2	Parâmetro de regulação do sistema jurídico.....	251
9.3	Regras de calibração no controle da produção normativa.....	253

9.4	Mais-valia plúrima e mitigação de direitos fundamentais	254
9.5	Consequências da aceleração digital ao sistema de processo penal.....	259
9.6	Conclusão.....	261

10

INFORMÁTICA JURÍDICA E TECNOLOGIA NO PROCESSO PENAL	263
--	------------

A Tácio Lacerda Gama

10.1	Introdução.....	264
10.2	Informática jurídica no processo penal	265
10.2.1	Noção.....	265
10.2.2	Informática jurídica: disciplina e instrumento de trabalho em processo penal	265
10.3	Panorama legislativo	267
10.3.1	Novidade e interpretação progressiva da lei.....	267
10.3.2	Evolução das formas eletrônicas no direito processual penal ...	268
10.3.3	Processo judicial eletrônico	273
10.3.4	Tecnologia aplicada à execução penal.....	278
10.4	Tecnologia no direito processual penal e repercussão probatória.....	282
10.4.1	Superação da resistência à videoconferência.....	282
10.4.2	Perícias	283
10.4.3	Identificação criminal.....	284
10.5	Conclusão.....	286

TERCEIRA PARTE

DINÂMICA E APLICAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

11

INDICIAMENTO E PERSECUÇÃO PENAL DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: LIMITES CONCEITUAIS À INCIDÊNCIA DAS NORMAS.....	291
--	------------

A Karla Padilha Rebelo Marques

11.1	Introdução.....	292
11.2	Indiciamento como elemento constitutivo da incidência de normas processuais penais restritivas	293
11.2.1	Notas conceituais do indiciamento.....	295
11.2.2	Definição de indiciamento	296
11.3	Estrutura normativa do indiciamento.....	298
11.3.1	Limites ao indiciamento	301

11.3.2	Invalidação do indiciamento.....	302
11.4	Distinção de classes: organização criminosa, organização criminosa ultra-violenta e associação criminosas	303
11.4.1	Elementos formadores dos conceitos de organizações criminosas e de associação criminosa	305
11.4.2	Definições de organização criminosa, de associação criminosa e a lógica de classes	307
11.4.3	Consequentes da norma definidora de organizações criminosas.....	309
11.4.4	Estrutura normativa das associações criminosas: antecedente e consequente.....	316
11.5	Conclusão.....	318

12

REDEFINIÇÕES NORMATIVAS NA DECISÃO JUDICIAL E VALIDAÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO PELA FUNDAMENTAÇÃO: ESTUDO DE CASO SOBRE DECISÃO EM <i>HABEAS CORPUS</i> CONTRA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL BASEADA EM DELAÇÃO ANÔNIMA	323
--	------------

A Paulo Roberto Moreira Cançado

12.1	Introdução.....	324
12.2	Identificação de redefinições normativas ou manipulações discursivas na decisão judicial como problemas a serem enfrentados.....	327
12.3	A validação do discurso pela fundamentação e sua sistematização (ou refutação) teórica	331
12.4	Discrecionalidade, velamento e distanciamento dos fatos	335
12.5	Conclusão.....	337

13

SENTIDO E ALCANCE DO CRITÉRIO FUNCIONAL DE DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA CRIMINAL SEGUNDO O OBJETO DO JUÍZO	339
---	------------

A Dilmar Lopes Camerino

13.1	Introdução.....	340
13.2	Estrutura normativa da competência e vetor de constatação de nulidades.....	340
13.3	A integração do critério do objeto do juízo ao princípio do juiz natural...	345
13.4	Hipóteses de definição da competência segundo o objeto do juízo	352
13.4.1	Questão prejudicial heterogênea obrigatória.....	354
13.4.2	Questão prejudicial heterogênea facultativa	355

13.4.3	Demarcação da competência do Conselho de Sentença e do juiz-presidente, nos processos do Tribunal do Júri.....	358
13.4.4	Competência do juiz das garantias e competência do juiz da instrução	358
13.5	Conclusão.....	359

14

CAUSA PETENDI E COISA JULGADA EM MATÉRIA CRIMINAL

A Afrânio Silva Jardim

14.1	Introdução.....	362
14.2	Causa de pedir	362
14.2.1	Teoria da individualização da causa petendi	364
14.2.2	Teoria da substanciação da causa petendi	366
14.3	Causa de pedir em ações penais condenatórias.....	367
14.4	Causa de pedir em ações penais não condenatórias.....	368
14.5	Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	369
14.6	<i>Causa petendi</i> e coisa julgada material	371
14.7	Perspectiva garantista da coisa julgada em matéria criminal	374
14.8	Conclusão.....	375

15

REQUISITOS DA PROVA PERICIAL EM MATÉRIA CRIMINAL

A Delson Lyra da Fonseca

15.1	Conceito de prova como ponto de partida para a pesquisa.....	378
15.1.1	Marco teórico: lógica apresentada por Nicola Framarino Dei Malatesta.....	378
15.1.2	Problema: questionamento relacionado às regras de atribuição e procedimentais para realização da prova.....	380
15.1.3	Hipótese: subtração do valor da prova material que carecer de adequação ao conceito de prova	383
15.1.4	Justificativa: o <i>thema probandum</i> exige materialidade respaldada normativamente.....	383
15.1.5	Método: adequação do construtivismo lógico-semântico para justificar a prova pericial	387
15.2	Prova pericial como entidade normativa	389
15.2.1	Classificação da prova pericial como percurso de sua definição	389
15.2.2	A norma jurídica representativa da materialidade do crime.....	392
15.2.3	Elementos da norma jurídica reguladora da prova pericial	395

15.2.4	A relação das etapas probatórias com as normas que estruturaram a admissibilidade da perícia	396
15.3	Avaliação da prova pericial	398
15.3.1	Descrição objetiva da avaliação na sentença	398
15.3.2	Valoração subjetiva negativa da perícia	400
15.3.3	Definição de corpo de delito como limite da avaliação pericial	401
15.4	Conclusão.....	403

16

PARÂMETRO DA PROVA NO PROCESSO PENAL.....	405
--	------------

A César Fiuza

16.1	Introdução.....	406
16.2	O parâmetro probatório no sistema continental	407
16.3	O parâmetro probatório no sistema realista do direito comum.....	412
16.4	Relação entre corpo de delito e indícios	414
16.5	Verdade no processo penal	415
16.6	Conclusão.....	417

17

O DÍGITO PROBATÓRIO NO PROCESSO PENAL.....	419
---	------------

A Fernando Braga Damasceno

17.1	Introdução.....	420
17.2	A fragmentação da regulação do documento no direito positivo e a prova digital	422
17.3	A subsistência da teoria do direito no campo do dígito probatório.....	423
17.4	Corpo de delito digital e estrutura da custódia probatória	426
17.5	O estado de inocência e o devido processo legal como prisma valorativo da prova digital	428
17.6	Sistema relacional, ampliação da subjetividade jurídica e o poder regulatório estatal das fontes do direito.....	430
17.7	Consequências jurídicas decorrentes dos contornos dígito probatório.....	432
17.8	Conclusão.....	435

18

ESTRUTURA DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS	437
--	------------

A Rosa Barros

18.1	Introdução.....	438
18.2	Cautelaridade em matéria penal	439

18.3	Estrutura cautelar	443
18.4	Sentido cautelar	451
18.5	Função cautelar.....	453
18.6	Conclusão.....	456

19

PRISÃO COMO <i>ULTIMA RATIO</i>	459
--	-----

A Ney Bello

19.1	Introdução.....	459
19.2	Componentes linguísticos da proporcionalidade	461
19.3	Juízo de necessidade	462
19.4	Juízo de adequação	465
19.5	Juízo de ponderação	467
19.6	<i>Locus</i> dos elementos da proporcionalidade na decisão concreta	468
19.7	Conclusão.....	471

20

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: CONCEITO, DEFINIÇÃO, (IN) COMPATIBILIDADE E EFEITOS	473
--	-----

A Walter Nunes da Silva Júnior

20.1	Introdução.....	474
20.2	Do conceito à definição de acordo de não persecução penal	475
20.3	Fontes dos instrumentos consensuais em matéria criminal.....	480
20.4	(In-)validade da analogia à negociação processual penal	483
20.5	Limites da interferência nas garantias individuais	485
20.6	Conclusão.....	490

21

SEGURANÇA PÚBLICA E O CONTROLE DA COLABORAÇÃO PREMIADA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	491
--	-----

A Paulo Roberto Dantas de Souza Leão

21.1	Introdução.....	492
21.2	O conceito como ponto de partida	495
	21.2.1 Organização criminosa	495
	21.2.2 Colaboração premiada e chamamento de coautor	498
21.3	Condições de possibilidade à delação premiada.....	499
	21.3.1 Requisitos da confissão.....	499

21.3.2	Colaboração unilateral <i>versus</i> colaboração bilateral.....	500
21.4	O termo de acordo de delação premiada.....	500
21.4.1	Natureza jurídica do termo de acordo de delação premiada, segurança pública e legitimidade da autoridade policial e do ministério público para conduzir as negociações.....	501
21.4.2	Sentença de homologação <i>versus</i> coisa julgada: apelação (art. 593, II, CPP) e preclusão <i>pro judicato</i>	506
21.4.3	Cláusulas do termo de acordo de delação premiada, legalidade e nulidade: a Constituição de 1988 e o sistema <i>civil law</i> brasileiro.....	511
21.5	Conclusão.....	516

22

ESTRUTURA NORMATIVA DOS MEIOS PARA OBTENÇÃO DE ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO E OS LIMITES À INVESTIGAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO.....	519
--	------------

A Tácito Yuri de Melo Barros

22.1	Introdução.....	520
22.2	Meios especiais de obtenção de elementos de informação	521
22.2.1	Distinções entre classes: interceptação, escuta e gravação (telefônicas e ambientais).....	530
22.2.2	Limites conceituais e consequências normativas quanto à licitude da prova	534
22.2.3	Sigilo telefônico e sigilo de dados: diferença de classes e extensão da proteção constitucional	535
22.2.4	Colaboração ou delação premiada	537
22.2.4.1	Elementos conceituais e definição.....	537
22.2.4.2	Aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos da previsão legal.....	539
22.2.4.3	Instrumento linguístico que constitui a colaboração premiada: caso concreto.....	539
22.3	Conclusão.....	542

23

CARÁTER SELETOR DO CONCEITO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	545
---	------------

A Fernando Antônio Barbosa Maciel

23.1	Introdução.....	546
23.2	Descritor normativo	547
23.3	Denotação do conceito de organização criminosa.....	551

23.3.1	Considera-se organização criminosa	553
23.3.2	A associação de 4 (quatro) ou mais pessoas.....	553
23.3.3	Estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente	554
23.3.4	Com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza.....	555
23.3.5	Mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional	556
23.3.6	Com aplicação às infrações penais previstas em tratado ou convenção internacional quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente, bem como às organizações terroristas, entendidas como aquelas voltadas para a prática dos atos de terrorismo legalmente definidos	556
23.4	Limites à conotação	557
23.5	<i>Locus</i> do caráter prescritivo a partir da Lei nº 12.850/2013.....	560
23.6	Conclusão.....	561

24

NATUREZA JURÍDICA DA TRANSAÇÃO PENAL E EFEITOS DECORRENTES

563

A Keity Saboya

24.1	Introdução.....	564
24.2	Esboço histórico.....	565
24.3	Natureza jurídica	567
24.3.1	Noção.....	568
24.3.2	<i>Plea bargaining</i>	568
24.3.3	<i>Guilty plea</i>	569
24.3.4	Transação penal na Lei nº 9.099/1995.....	570
24.4	Efeitos decorrentes do entendimento adotado.....	574
24.5	Conclusão.....	576

25

A PRIORIDADE DO PLANO PRAGMÁTICO DA LINGUAGEM E O SIGNIFICADO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS

579

A Geraldo Prado

25.1	Introdução.....	580
25.2	Conceito e definição de soberania dos veredictos: do significante ao significado.....	581

25.3	Definição de soberania dos veredictos.....	584
25.4	O contexto do texto no direito processual penal: a soberania dos veredictos no âmbito da análise das ciências da linguagem.....	587
25.5	A função da linguagem no percurso histórico da soberania dos veredictos: o papel de surpreender o destinatário da aplicação da norma jurídica.....	590
25.6	A prioridade pragmática na identificação do enlace da soberania dos veredictos com a questão de mérito submetida ao júri	591
25.7	O limite à construção do significado de soberania dos veredictos decorrente de sua localização no catálogo das garantias fundamentais constitucionais.....	593
25.8	Conclusão.....	593

26

DECISÃO DE PRONÚNCIA E RACIONALIDADE DO JULGAMENTO..... 595

A Celso de Mello

26.1	Introdução.....	596
26.2	Fundamento	597
26.3	Ordenamento e sistema.....	599
26.4	Racionalidade	599
26.5	Sentido da pronúncia.....	601
26.6	Estrutura da pronúncia.....	603
26.7	Função da pronúncia	607
26.8	Conclusão.....	609

27

COGNIÇÃO DE QUESTÃO DE FATO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E NO RECURSO ESPECIAL EM MATÉRIA CRIMINAL 611

A Raimundo Palmeira

27.1	Premissas introdutórias e metodológicas.....	612
27.2	Balizas à cognição do mérito recursal de natureza extraordinária e especial	615
27.3	Derivações do efeito recursal translativo por cognição de questão de fato em recurso extraordinário e em recurso especial	619
27.4	Conclusões.....	627

QUARTA PARTE

INTERSEÇÕES DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM O DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

28**CALIBRAÇÃO NO PROCESSO PENAL POR CRIME TRIBUTÁRIO 631***A Robson Maia Lins*

28.1	Introdução.....	632
28.2	Crime tributário e hipótese acusatória.....	633
28.3	Procedimento e tutela da liberdade	637
28.4	Calibração e norma sobre justa causa para a ação penal	640
28.5	Conclusão.....	642

29**JUSTA CAUSA E CRIME TRIBUTÁRIO 645***A José Boanerges Meira*

29.1	Introdução.....	646
29.2	Justa causa	646
29.3	Lançamento definitivo de tributo	650
29.4	Contumácia.....	654
29.5	Conclusão.....	655

30**VIGÊNCIA E REVOGAÇÃO DA NORMA TRIBUTÁRIA E SEUS REFLEXOS CRIMINAIS 657***A Simone Cançado Diniz*

30.1	Introdução.....	658
30.2	Transição entre sistemas de tributação sobre o valor agregado e revogação progressiva	659
30.3	Interferência da automação no lançamento tributário, na possibilidade de conduta delitiva e na afirmação da verdade.....	662
30.4	Extensão digital da realidade e efeitos de ordem prática penal, processual e probatória.....	669
30.5	Controle de constitucionalidade	677
30.6	Controvérsias sobre a revogação da norma tributária.....	679
30.7	Conclusão.....	687

QUINTA PARTE**RELAÇÕES INTERNORMATIVAS E CONTROLE EXTRAPENAL**

31

PODER JUDICIÁRIO E O DIREITO AO SIGILO: FUNÇÃO E INTERPRETAÇÃO 691

A Maria Auxiliadora Minahim

31.1	Introdução.....	692
31.2	A função estruturante do poder judiciário e o direito ao sigilo.....	693
31.3	Direito ao sigilo e seus contornos definitórios.....	694
31.4	A função estruturante legislativa e a atividade judicial	697
31.5	Espaços estruturais	699
31.6	Espaços epistemológicos.....	703
31.7	Interpretação conforme a Constituição e nulidade parcial sem redução de texto.....	707
31.8	Conclusão	709

32

DIREITO À MEMÓRIA E ASPECTOS CRIMINAIS: A DITADURA MILITAR E OS EFEITOS DA ANISTIA 711

A André Nicolitt

32.1	Ditadura militar e direito à memória.....	712
32.2	Natureza dos crimes da ditadura militar e prescrição.....	714
32.2.1	Conceito de crime político	715
32.2.2	Conceito de racismo	717
32.2.3	Noção de crime contra a humanidade.....	720
32.2.4	Abrangência da prescrição.....	721
32.3	O âmbito de validade e o alcance da lei da anistia no Brasil	722
32.4	ADPF 153 e limites da coisa julgada.....	724
32.5	Conclusão.....	728

33

CONSTITUIÇÃO, INTERPRETAÇÃO E IDEOLOGIA 729

A Eduardo Rabenhorst

33.1	Introdução.....	730
33.2	Interpretação.....	731
33.2.1	Interpretação em geral.....	732
33.2.2	Interpretação especificamente constitucional.....	736
33.2.3	(Des-) construção da distinção entre princípios e regras.....	740

33.3	Ideologia.....	743
33.3.1	Ideologia constitucionalmente adotada?	744
33.3.2	Ideologia no plano da aplicação do direito	746
33.4	Método para a compreensão da Constituição?	747
33.5	Conclusão.....	749

34

DIREITOS FUNDAMENTAIS E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: PROCLAMAÇÃO «RETÓRICA» VERSUS EFETIVIDADE CONCRETA.....	751
---	------------

A Graça Gurgel

34.1	Introdução.....	752
34.2	Redefinições enunciativas e simbolismo constitucional.....	753
34.3	Óbices à concretização dos direitos fundamentais e sobreposições de enunciados normativos.....	756
34.4	Rumos à efetividade dos direitos pela jurisdição constitucional.....	758
34.5	Conclusão.....	760

35

INDIVIDUALIDADE E COLETIVIDADE NA DEFINIÇÃO CRIMINAL: (IN-) COMPATIBILIDADE COM A PROTEÇÃO DA SINGULARIDADE.....	763
---	------------

A André Ramos Tavares

35.1	Introdução.....	764
35.2	A tensão entre interesses individuais e coletivos no âmbito da tipificação delitiva	765
35.2.1	O espaço intangível da singularidade do sujeito ativo do crime.....	768
35.2.2	O espaço intangível da singularidade da vítima	773
35.2.3	O espaço intangível da coletividade	776
35.3	A tensão entre interesses individuais e coletivos na fase de aplicação do direito	778
35.3.1	A (in-) suficiência da noção de bem jurídico-penal para a compreensão do fenômeno criminal.....	779
35.3.2	A responsabilidade penal da pessoa jurídica	780
35.3.3	O (des)velamento da ideologia da interpretação na sociedade de risco e a compreensão do «individual versus coletivo».....	782
35.4	Conclusão.....	783

36

INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 785

A Tutmés Airan de Albuquerque Melo

36.1	Introdução.....	786
36.2	Afirmação histórica da garantia fundamental da individualização da pena e o critério trifásico.....	788
36.3	Fixação da pena-base, «dosagem» e discricionariedade.....	792
36.4	Os limites máximos e mínimos das sanções penais em abstrato.....	797
36.5	Controle de constitucionalidade na individualização da pena.....	802
36.6	Conclusão.....	805

37

RECLAMAÇÃO E ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 807

A Erinalva Medeiros Ferreira

37.1	Introdução.....	808
37.2	Aspectos históricos da reclamação constitucional e da arguição de descumprimento de preceito fundamental no direito brasileiro.....	809
37.3	Objeto, parâmetro e requisitos da arguição descumprimento de preceito fundamental e efeitos da decisão judicial	813
	37.3.1 Modalidade autônoma ou direta	818
	37.3.2 Modalidade incidental	819
37.4	Reclamação contra o não acatamento de decisão prolatada em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental	820
37.5	Conclusão.....	823

38

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO E RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO... 825

A Wilson Alves de Souza

38.1	Introdução.....	826
38.2	Aspectos históricos e ideológicos	827
38.3	Procedimento e direito material.....	832
	38.3.1 Tensão entre concreção e abstração da «ação».....	832
	38.3.2 Relação da natureza eficaz da sentença com o conceito de ação de direito material: via para a adequação do procedimento	836

38.4	Generalização do procedimento ordinário e implicações decorrentes do esquecimento da diferença ontológica	838
38.5	Possibilidades recursais e dilações processuais (in)devidas	843
38.5.1	Recurso e (dis)função	843
38.5.2	Competência recursal dos tribunais	847
38.6	Alterações legislativas e (in-) subsistência do procedimento ordinário	849
38.6.1	Evolução legislativa e mitigação da ordinariedade	849
38.6.2	Procedimento ordinário e sua (in-) subsistência cultural	852
38.7	Controle da razoável duração do processo e retórica da efetividade do princípio do acesso à justiça	857
38.8	Procedimento ordinário: (in-) compatibilidade com a razoável duração do processo	861
38.9	Conclusão	863

39

A LEGITIMAÇÃO DO AUTOR DA AÇÃO POPULAR..... 867

A Humberto Pimentel Costa

39.1	Introdução	868
39.2	O cidadão: conteúdo semântico	868
39.3	Direitos ou interesses difusos e coletivos?	870
39.4	A carência de ação do autor popular	874
39.4.1	<i>Legitimatío ad causam</i>	874
39.4.2	Interesse de agir	876
39.4.3	Possibilidade jurídica do pedido	878
39.5	O autor da ação popular	881
39.5.1	Legitimação ordinária e implicações de ordem prática	881
39.5.2	<i>Tertium genus</i> de legitimação do autor popular e implicações de ordem prática	885
39.5.3	Substituição processual e implicações de ordem prática	888
39.6	Conclusão	893

40

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: PEDIDO E SENTENÇA..... 895

A George Sarmiento

40.1	Introdução	896
40.2	Ação civil pública por improbidade administrativa: causa de pedir	896
40.3	Pedido e sentença em ação civil pública por improbidade administrativa	901

40.4	Sentença e coisa julgada em ação civil pública por improbidade administrativa.....	904
40.5	Conclusão.....	906

41

O CONTEÚDO EFICACIAL DA SENTENÇA DA AÇÃO POPULAR: SOBREVIVE UMA AÇÃO DE DIREITO MATERIAL COLETIVA?	909
---	------------

A José Carlos Malta Marques

41.1	Introdução.....	910
41.2	Ação de direito material, «ação» (processual) e pedido em ação popular .	911
41.2.1	Ação de direito material coletiva	913
41.2.2	«Ação» (processual) popular e legitimidade	914
41.2.3	Pedido em ação popular	917
41.3	Conteúdo eficaz da sentença em ação popular	919
41.3.1	Sentença executiva (condenatória).....	921
41.3.2	Sentença mandamental	921
41.3.3	Sentença (des)constitutiva	922
41.3.4	Sentença declaratória	923
41.4	Compreensão da ação popular e efetividade da jurisdição	923
41.5	Conclusão.....	925

42

CAUSA PETENDI E APLICAÇÃO IN CONCRETO DA TEORIA DA SUBSTANCIAÇÃO	927
---	------------

A Rodolfo Pamplona Filho

42.1	Introdução.....	928
42.2	Descrição da hipótese concreta.....	929
42.3	Teoria da substanciação da causa de pedir no direito positivo	932
42.4	Traços da teoria da individualização da causa de pedir e seus reflexos nos contornos objetivos da coisa julgada	936
42.5	Tendência de mitigação da pureza das teorias da <i>causa petendi</i>	937
42.6	Conclusão.....	939

REFERÊNCIAS	941
--------------------------	------------